

CARNEIRO (Nelson). — **A Insurreição Praieira (1848-1849)**. Coleção Temas Brasileiros. Volume 3. Editôra Conquista. Rio de Janeiro, 1960. Brochura | 253 páginas. Portadas de Israel Cysneiros.

A obra está dividida em três partes. Após o índice e o prefácio de Arthur César Ferreira Reis, temos a primeira parte que contém uma Exegese denominada "O Partido da Praia", mais cinco capítulos que resumem a história da Revolução, uma bibliografia, uma lista de principais componentes daqueles acontecimentos, e uma cronologia da insurreição. A segunda parte, "Em torno de 1848", contém dois artigos de jornais do Rio de Janeiro referentes à insurreição. Finalizando temos uma terceira parte com 26 transcrições documentais referentes à insurreição, transcrições estas que são acompanhadas da indicação da atual localização dos originais.

E' a Exegese um sumário onde o autor sintetizou o sentido histórico da insurreição e a análise das causas e elementos componentes. Está dividida em 24 itens onde, com clareza, o autor expõe todos os fatores determinantes daqueles acontecimentos. Segundo o autor a insurreição foi um movimento liberal democrático, liderado pela burguesia pernambucana que:

"...Era uma classe para si — visava o governo do povo, pelo povo, para o povo. Os seus intelectuais pregavam as liberdades democráticas"... (pág. 17).

Foi a insurreição uma luta de classes que tomavam posições ideológicas definidas. Ao analisar as classes que tomavam posição naquela insurreição, o autor procurou distinguir a burguesia dos artífices, funcionários públicos, lavradores, etc., apesar de não ter esclarecido bem quais os elementos componentes da referida burguesia. Além de ter apontado o grupo dos intelectuais, acusou o autor que:

"...Os redutos republicanos eram o Recife e Igarapé e, em geral, a zona litorânea do norte, onde era maior o número de pequenas propriedades e, portanto, maior a influência da burguesia"... (pág. 28).

O que nos leva a deduzir que a referida burguesia era composta de intelectuais e pequenos proprietários de terra. Tendo concluído a análise das classes, o autor estuda as causas econômicas do movimento, pondo em destaque a existência dominadora de uma:

"...feudalidade, certo número de ricos proprietários, que reduzem à miséria as populações rurais e, indiretamente, as urbanas — "ligados por laços de amizade ou de família, facilmente criavam oligarquias locais, que reduzem a nada os vacilantes esforços do governo"... (pág. 19).

Após ter estudado e apontado o sistema econômico, monocultural e latifundiário, como um dos causadores fundamentais dos descontentamentos, continua a análise da questão do monopólio comercial e financeiro exercido pelos elementos portugueses sobre a praça

pernambucana, outro elemento de importância fundamental na eclosão da insurreição:

“...Contra êsse monopólio do comércio eram constantes as queixas populares — e as explosões de revolta...” (pág. 18).

Portanto, sumariando a tese central do autor, temos que a insurreição foi uma luta de classes na qual a burguesia nacional e o povo procurou impor formas políticas e econômicas liberais às classes monárquicas reacionárias dos latifundiários e dos comerciantes lusitanos:

“...A burguesia deu ao movimento a sua conformação político-econômica, enquanto o artesanato, o proletariado e parte considerável dos trabalhadores rurais lhe comunicaram o seu caráter insurrecional”... (pág. 18).

Terminado o estudo das bases econômicas e sociais da insurreição, temos a análise do “Partido da Praia”:

“...Um partido norteado por sólidos princípios ideológicos de caráter democrático burguês”... (pág. 24).

Ao que se segue a apresentação do órgão do partido o “Diário Novo”. Concluída a Exegese temos o estudo dos fatos principais da insurreição desde a queda do Gabinete Liberal de Paula Sousa, até o desenrolar das ações militares, onde o autor procura demonstrar que as tropas insurretas estiveram em condições de enfrentar as forças legalistas, mas que faltou-lhes uma tática militar eficaz que os teria levado à vitória. E’ interessante destacar ainda nesta primeira parte a idéia de que a insurreição foi a semente do movimento republicano:

“...A semente frutificou na República, quarenta anos mais tarde, e a sua experiência política e militar ilumina as novas gerações”... (pág. 46).

Os demais capítulos da primeira parte desenvolvem a narrativa daqueles acontecimentos que tiveram sua síntese explicativa na Exegese. O autor procura ressaltar sempre os fatores que segundo a sua tese tiveram importância determinante nos acontecimentos. O capítulo I, “O Povo em Armas”, estuda os primórdios da luta, e os esforços do governo para controlar a ação popular. O segundo capítulo, “A Bandeira do Exército Liberal”, estuda o ano 1849 e os programas políticos defendidos pelos insurretos, destacando o autor a tendência federalista e constituinte daqueles programas. Depois da análise dos programas, continua o autor o desenvolvimento da insurreição, isto é, “O Combate de Recife”. Neste capítulo o autor procura demonstrar que o fracasso daquele ataque deveu-se à falta de tática militar dos insurretos. O combate de Recife foi o climax do movimento, após o seu fracasso viria o fim, é o que o autor analisa no seu IV capítulo “A Estrêla Cadente”:

“...A desagregação do movimento processava-se rapidamente — e na verdade a derrota nas ruas de Recife teria posto um ponto final à insurreição da Praia, sem a ousadia, a consciência política, a capacidade de mando e de iniciativa de República”... (pág. 127).

No último capítulo, “O Terror Branco”, o autor não poupa o governo Imperial pelo fato de ter permitido as maiores injustiças no tratamento dos prisioneiros:

“...Vencedores, os Guabirús não se mostraram capazes de “justiça” nem de “tolerância”, para com os vencidos”... (pág. 147).

“...A reação dos Guabirús teve características de vingança pessoal e de vingança de casta”... (pág. 148).

Terminando, temos a narrativa dos dias que se seguiram ao fim do movimento, a prisão, os recrutamentos forçados, o processo de afirmação do poder da situação vitoriosa e amplamente protegida pelo poder central. Para o autor a insurreição de 1848 marca o início do fim do período monárquico no Brasil.

Terminada a parte principal da obra, temos uma rápida e interessante análise da bibliografia existente sobre o assunto, **A Dramatis Personae**, os artigos dos jornais e a transcrição de 26 documentos referentes à insurreição selecionados em ordem cronológica. Se o autor ao transcrever os documentos tivesse indicado a sua origem ou localização, teria dado um cunho de maior precisão à sua obra. Obra, que, apesar de ser de difusão cultural, poderia ter aquêle cunho — através de notas de rodapé indicativas das fontes bibliográficas e documentais, o que viria possibilitar aos estudiosos uma pesquisa mais profunda sobre os diversos tópicos.

O autor destaca-se pela explicação clara e precisa de suas idéias e dos acontecimentos históricos. A obra está organizada com método muito seguro e funcional, o que, aliado à uma linguagem simples, exata e acessível, torna a leitura agradabilíssima. **A Insurreição Praieira (1848-1849)** de Edison Carneiro, é uma obra de divulgação histórico-cultural, que apresenta uma tese bem defendida e procura resolver problemas até hoje não apontados.

VIVALDO W. F. DAGLIONE